

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em, \_\_\_\_\_  
Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OE/CTU/CC nº 27 /2013.

Curitiba, 03 de janeiro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV 2013

**1º Secretário**

**VETO PARCIAL Nº 031/2013**

Publicada no Diário Oficial

Nº 8869 de 03/01/13

Republicada no Diário Oficial

Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 370/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 936/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais, conforme os motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 936/2011, de autoria parlamentar, dispõe que os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local visível, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 3º e seu parágrafo único.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos decorre de inconstitucionalidade, vez que são trazidas obrigações indevidas para órgão do Poder Executivo, ao tratar de suas atribuições, violando o princípio da separação de poderes. Diversas são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse sentido, como na ADI 2.393, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 28-3-2003, na ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000 e na ADI 3.394, Rel. Min. Eros Grau, DJE de 15-8-2008.

Ainda, de acordo com o inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.722.879-7

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14146 05/02/2013 08:00:55 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Lei nº. 17 478*



Data 03 de janeiro de 2013

Súmula Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local visível, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§ 1º Essa exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de dez dias.

§ 2º Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.

Art. 2º O destaque dos cartazes com as datas de vencimento deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

Parágrafo único. Caso a divulgação da promoção seja feita oralmente, através de etiquetas marcadas, ou por qualquer outro meio, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.

Art. 3º ...Vetado...


Parágrafo único. ...Vetado...



Art. 4º Caso o Poder Executivo julgue necessário poderá regulamentar esta Lei através de Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de janeiro de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Ricardo Barros  
Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do  
Mercosul

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Loriane Leisli Azeredo  
Chefe da Casa Civil, em exercício

André Bueno  
Deputado Estadual

AJB/Prot. 11.722.879-7

Publicada no Diário Oficial
Nº 8869 de 03/01/13
Republicada no Diário Oficial
Nº _____ de ____/____/____



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 936/11** **(Autoria dos Deputados Andre Bueno e Paranhos)**

Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local visível, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§ 1º Essa exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de dez dias.

§ 2º Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.

**Art. 2º** O destaque dos cartazes com as datas de vencimento deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

**Parágrafo único.** Caso a divulgação da promoção seja feita oralmente, através de etiquetas marcadas, ou por qualquer outro meio, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.

**Art. 3º** A fiscalização ficará ao encargo do PROCON-PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

**Parágrafo único.** As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 4º** Caso o Poder Executivo julgue necessário poderá regulamentar esta Lei através de Decreto.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

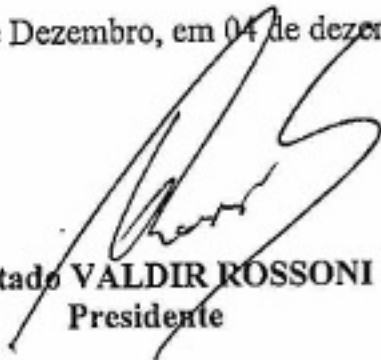
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Projeto de Lei nº 936/11

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 04 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR  
3º Secretário



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 936/11

## JUSTIFICATIVA

É muito comum os supermercados e estabelecimentos afins colocarem em promoção produtos perecíveis, principalmente alimentícios, com o prazo de validade quase esgotado. Desse modo, fica mais fácil comercializar a mercadoria, livrando-se de produtos que em breve não poderão mais ser vendidos.

Muitos consumidores não prestam atenção à data de vencimento e acabam sendo prejudicados. Diante dessa situação, apresenta-se esta proposição para obrigar os supermercados e estabelecimentos afins a colocarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas.

Nos cartazes, as datas de vencimento deverão ficar no mesmo tamanho e com o mesmo destaque dos preços promocionais. Se a promoção for divulgada de outra forma, por microfone ou em etiquetas, o prazo de validade também deverá ser igualmente anunciado.

Assim, a iniciativa vem sanar falha do Código de Defesa do Consumidor que não prevê qualquer restrição para tal prática. Com isso promove-se a afixação de cartazes informativos ao consumidor para que o mesmo não seja lesado na compra de um produto que está prestes a ter o prazo de validade esgotado.

Pelo exposto, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Pág. 6

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 03/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 03/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 936/2011, de autoria dos Deputados Andre Bueno e Paranhos, que obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 936/11, de autoria dos Deputados Andre Bueno e Paranhos, que obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 936/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 10 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 03/2013, foi exarada em data de 03 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.





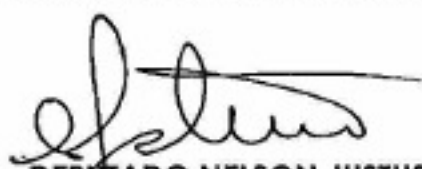
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

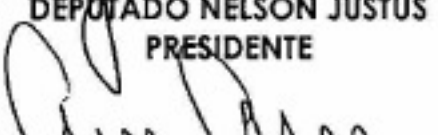


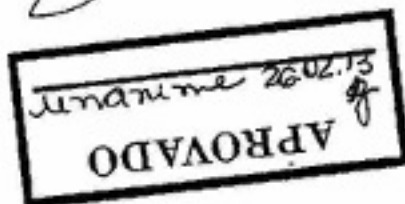
**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**



I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, \_\_\_\_\_

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 33 /2013.

Curitiba, 10 de janeiro de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 04/2013**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 05 FEV 2013

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Publicada no Diário Oficial  
Nº 8874 de 10.01.13  
Republicada no Diário Oficial  
Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 438//2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 845/2011, por considerar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 845/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná, conforme especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do artigo 3º e seu parágrafo único e do artigo 4º.

O não acolhimento aos referidos dispositivos decorre de inconstitucionalidade, vez que, ao dispor que "os estabelecimentos de ensino públicos e privados ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente", que "a Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Estado da Saúde – SESA deverão colaborar com os estabelecimentos de ensino públicos e privados na divulgação das informações sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado, nos termos do inciso IX, do art. 28 do Decreto Estadual nº 777, de 9 de maio de 2007" e que "a fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação nos termos do art. 30 da Lei nº 8.485, de 8 de junho de 1987", impõem obrigações indevidas ao Poder Executivo, violando o princípio da separação de poderes. Diversas são as decisões do Supremo Tribunal Federal nesse

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.11.292.561-9.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

sentido, como na ADI 2.393, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ de 28-3-2003, na ADI 546, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 14-4-2000 e na ADI 3.394, Rel. Min. Eros Grau, DJE de 15-8-2008.

Ainda, de acordo com o inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado



## Lei nº. 17482



Data 10 de janeiro de 2013.

Súmula Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná.

### *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

I – 5% (cinco por cento) do peso do aluno com até dez anos de idade;

II – 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais de dez anos de idade.

**Art. 2º** Ficará a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

**§ 1º** O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos.

**§ 2º** Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e privados pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.

**Art. 3º** ...Vetado...

**Parágrafo único.** ...Vetado...

**Art. 4º** ...Vetado...

**Art. 5º** O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados resultará em:

I – na primeira ocorrência, lavratura de auto de advertência dirigido ao diretor do estabelecimento;

II - na segunda ocorrência, lavratura de auto de infração dirigido ao diretor do estabelecimento, e multa no valor de dez Unidades Padrão Fiscal do Estado do

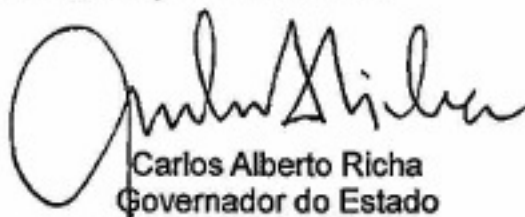


Paraná – UPF/PR a cada excesso de peso constatado, aplicando-se cobrança em dobro nos casos de reincidência.

**Parágrafo único.** As lavraturas dos autos de infração a que se referem os incisos I e II deste artigo dar-se-ão respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, sendo que a aplicação de sanções e seus efeitos dar-se-ão doze meses contados da sua publicação oficial.

Palácio do Governo, em 10 de janeiro de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Flávio Ams  
Secretário de Estado da Educação

Michele Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Loriane Leisli Azeredo  
Chefe da Casa Civil, em exercício

Luiz Eduardo Cheida  
Deputado Estadual

AJB/Prot. 11.292.561-9

Publicada no Diário Oficial	
Nº 8874	de 10/01/13
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de



**Projeto de Lei nº 845/11**  
**(Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida)**

Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

**I** – 5% (cinco por cento) do peso do aluno com até dez anos de idade;

**II** – 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais de dez anos de idade.

**Art. 2º** Ficará a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos.

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e privados pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.





✓  
**Art. 3º** Os estabelecimentos de ensino públicos e privados ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente.

○ **Parágrafo único.** ✓ A Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Estado da Saúde – SESA deverão colaborar com os estabelecimentos de ensino públicos e privados na divulgação das informações sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado, nos termos do inciso IX, do art. 28 do Decreto Estadual nº 777, de 9 de maio de 2007.

**Art. 4º** ✓ A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.485, de 8 de junho de 1987.

**Art. 5º** O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados resultará em:

○ **I** – na primeira ocorrência, lavratura de auto de advertência dirigido ao diretor do estabelecimento;

**II** - na segunda ocorrência, lavratura de auto de infração dirigido ao diretor do estabelecimento, e multa no valor de dez Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR a cada excesso de peso constatado, aplicando-se cobrança em dobro nos casos de reincidência.

**Parágrafo único.** As lavraturas dos autos de infração a que se referem os incisos I e II deste artigo dar-se-ão respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

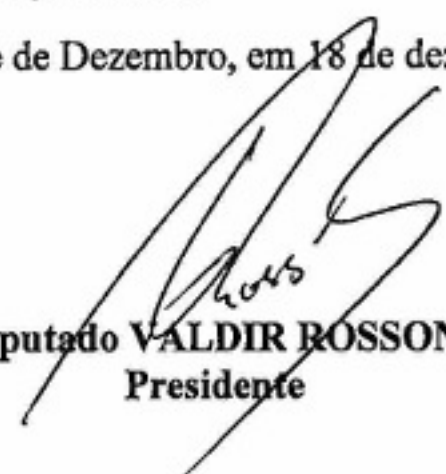


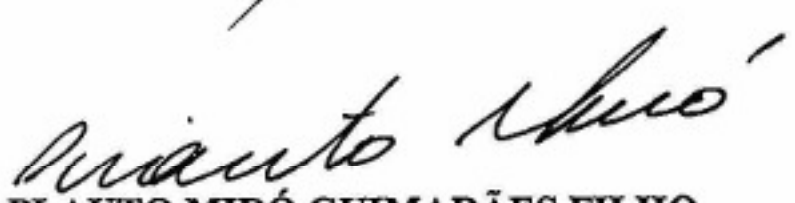
Projeto de Lei nº 845/11

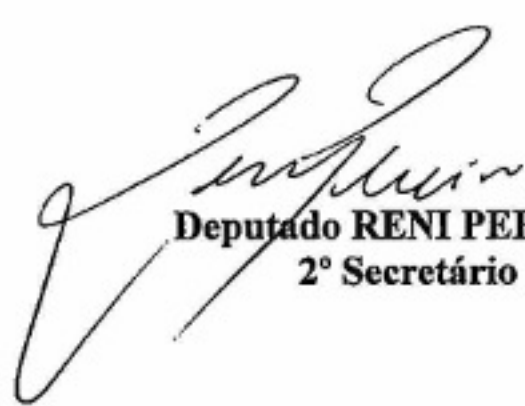
fls.03.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, sendo que a aplicação de sanções e seus efeitos dar-se-ão doze meses contados da sua publicação oficial.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de dezembro de 2012.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário



## JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo garantir que o peso bruto do material escolar suportado por alunos da rede pública e privada, no Estado do Paraná, não ultrapasse 5% (cinco por cento) do peso do aluno com até dez anos de idade e 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais de dez anos de idade.

A prevenção ainda é a melhor medida para se evitar males à saúde. O excesso de peso suportado por uma criança diariamente, durante o período em que o corpo está em formação, poderá trazer traumas irreversíveis, como é o caso da escoliose e desvios da coluna, atingindo diretamente a estrutura da coluna vertebral.

O excesso de peso não é um esforço ocasional, mas sim um esforço de repetição. Denota-se que o ano escolar conta com 200 dias letivos e o tempo que o aluno transporta o peso pode variar conforme a distância percorrida. Constata-se assim, o esforço repetitivo e a provável lesão.

Acerca da constitucionalidade é importante dizer que a Constituição Federal asseverou que:

“Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)”.

Pois bem, o Projeto de Lei é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Em relação à fiscalização, cabe dizer que nenhuma atribuição nova está sendo instituída para as Secretarias de Estado da Educação e da Saúde, ao contrário, o Projeto de Lei ora apresentado buscou, no âmbito da legislação estadual que já está em vigor, o cumprimento da norma.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 845/11

fls.05.

Vejamos a redação do art. 30 da Lei 8485/87:

“Art. 30. O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacionais, a assistência e orientação aos Municípios a fim de habilitá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de equipamentos educacionais; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiros, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública estadual; a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas”.

A parceria entre a SEED e a SESA, prevista no parágrafo único do art. 3º do presente Projeto, para informar aos alunos, aos pais e aos responsáveis sobre os males do excesso de peso suportados por alunos, já está prevista no inciso IX, do art. 28, do Anexo ao Decreto 777/07, que regulamentou as competências da Secretaria da Saúde, mais especialmente a SVS – Superintendência de Vigilância em Saúde. Vejamos:

“Art. 28. À Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS compete:

(...)

IX – a integração e a articulação das ações de Vigilância em Saúde com os demais entes públicos e áreas de atuação da SESA, objetivando a otimização de ações intersetoriais que possam interferir nas ações determinantes de saúde;

(...)”



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 845/11

fls.06.

Cabe ainda destacar que o Estado de Santa Catarina já se ateve a esse assunto e a necessidade de normatizá-lo há mais de 13 anos, através da Lei 10.795, de 16 de junho de 1998. Ainda destaque-se que Lei Municipal também normatizou o assunto em Curitiba, nos termos da Lei 13.430, de 31 de março de 2010.

Devido a todo o exposto, apresenta-se aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, a presente medida para o bem à saúde das crianças do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 04/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 845/2011, de autoria do Deputado Luiz Eduardo, que dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino público e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 845/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo, que dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino público e privados, no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 845/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 04/2013, foi exarada em data de 10 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*











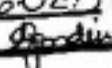
**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
**APROVADO**  
unânime 2602B  


I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.  
Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 34 /2013.

Curitiba, 10 de janeiro de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 05/2013**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.  
Em, 05 FEV. 2013  
\_\_\_\_\_  
**1º Secretário**

Publicada no Diário Oficial  
Nº 88724 de 10.01.13  
Republicada no Diário Oficial  
Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 437/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 835/2011, por considerar a parte vetada contrário ao interesse público, conforme os motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 835/2011, de autoria parlamentar, dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do artigo 4º.

O não acolhimento ao referido artigo 4º decorre de razões de interesse público, vez que a **penalidade fixada pelo art. 4º parece exagerada**. Com efeito, por mais que o Poder Público pretenda atingir um objetivo de grande relevância, como é o combate às drogas, isso não pode ser feito a qualquer custo.

A título de exemplo, imagine-se a fixação de pena de 30 anos de reclusão para o crime de furto. Um crime de gravidade mediana não pode ser sancionado com a pena máxima permitida no Brasil.

No mesmo sentido, entende-se que o dispositivo viola a razoabilidade. Trata-se de penalidade muito gravosa para a repressão da ilegalidade cometida, merecendo nova discussão no âmbito da Assembleia Legislativa.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

\_\_\_\_\_  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 13-292-566-0  
Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

1446 05/02/2013 080057 Nº ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Lei nº. 17 483

Data 10 de janeiro de 2013.

Súmula Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

**Parágrafo único.** As mensagens constantes no *caput* deverão estar expostas, durante a realização dos eventos em painéis, faixas, cartazes ou meios audiovisuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

**Art. 2º** As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

I – os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm (quarenta centímetros) de comprimento por 30 cm (trinta centímetros) de largura;

II – os recintos com área superior a 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

**Art. 3º** Nos locais do evento, bem como nos seus respectivos ingressos, deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando a critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

**Art. 4º** ...Vetado...


**Art. 5º** Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias quanto ao não cumprimento desta Lei.



**Art. 6º** Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Palácio do Governo, em 10 de janeiro de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes  
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Loriane Leisli Azeredo  
Chefe da Casa Civil, em exercício

Evandro Junior  
Deputado Estadual

Publicada no Diário Oficial:	
Nº 8874	de 10.01.13
Republicada no Diário Oficial	
Nº	de / /



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## Projeto de Lei nº 835/11

(Autoria do Deputado Evandro Junior)

Obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

**Parágrafo único.** As mensagens constantes no *caput* deverão estar expostas, durante a realização dos eventos em painéis, faixas, cartazes ou meios audiovisuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

**Art. 2º** As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

I – os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm (quarenta centímetros) de comprimento por 30 cm (trinta centímetros) de largura;

II – os recintos com área superior a 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

**Art. 3º** Nos locais do evento, bem como nos seus respectivos ingressos, deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando a critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

**Art. 4º** A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 35% (trinta e cinco por cento) do valor arrecadado com a venda dos ingressos. Quando de eventos gratuitos, a cada 1.000 (um mil) participantes deverá ser aplicada multa de 100 UPFs/PR (Unidade Fiscal do Estado do Paraná).

**Art. 5º** Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias quanto ao não cumprimento desta Lei.

**Art. 6º** Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para seu fiel cumprimento.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

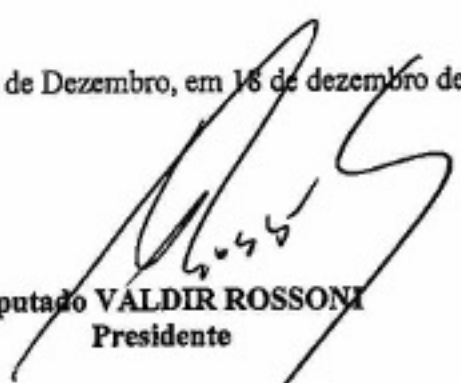


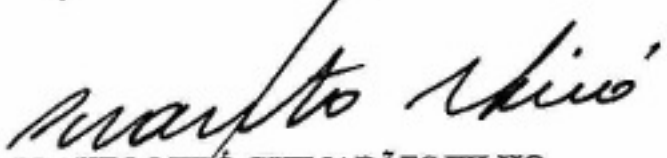
Projeto de Lei nº 835/11

fls.02.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário

RCP/SMO/GCS/MRP



## JUSTIFICATIVA

Os shows culturais e esportivos voltados à população infanto-juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre uso e tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, todos os anos cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, consoante dispõe o art. 205 da Constituição Federal:

“Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Portanto, incentivar a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infantojuvenil neste Projeto de Lei é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

Ainda, fica estabelecida penalidade em caso de inobservância da Lei, a fim de torná-la efetiva e prática.

Submete-se, pois, a matéria à consideração dos meus Nobres Pares na confiança de que haverá um avanço na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art. 227, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 05/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 05/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 835/2011, de autoria do Deputado Evandro Junior, que obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 835/11, de autoria do Deputado Evandro Junior, que obriga a inserção de mensagens educativas sobre o uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil e nos locais dos eventos, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 835/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 05/2013, foi exarada em data de 10 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**RELATOR**

**APROVADO**

unânime 26023

Gondim

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 21/01/2013

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 055/2013.

Curitiba, 11 de janeiro de 2013.

**VETO TOTAL Nº 06/2013**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 FEV. 2013

**1º Secretário**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 389//2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 748/2011, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 748/2011, de autoria parlamentar, objetiva instituir a Política Estadual de Incentivo ao Esporte, conforme especifica.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em análise decorre de sua inconstitucionalidade por vício de iniciativa, visto que, segundo precedente do Supremo Tribunal Federal, "as restrições impostas ao exercício das competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, entre elas a fixação de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes" (ADI 4102 MC-REF, rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJ 24.09.2010).

Ainda, de acordo com o inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado as leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 11.723.389-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

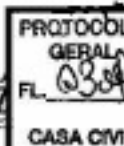
14:46 05/02/2013 00:00:58 Nº ASSMELIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 748/11**

(Autoria dos Deputados Andre Bueno, Cesar Silvestri Filho,  
Ney Leprevost e Reni Pereira)

Dispõe sobre a Política de Incentivo ao Esporte no  
Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

### **CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO PARANÁ**

#### **Seção I Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Fica instituída a Política de Incentivo ao Esporte, na forma disciplinada nesta Lei, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento do desporto, através de patrocínio ou doação de empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 2º** O incentivo referido no art. 1º desta Lei consiste em conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) pertinente ao Tesouro do Estado, a ser destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

§ 1º Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos desportivos de que trata o *caput* deste artigo, serão fixados os percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, tendo esses percentuais uma variação de 0,01% (um centésimo por cento) a 3% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual, não ultrapassando o limite de 0,5% (meio por cento) da arrecadação da parte estadual do ICMS no exercício anterior.

**Art. 3º** Recursos serão destinados a projetos desportivos que contemplem atividades sociodesportivas educacionais, ao desporto e para desporto, concentradas nas seguintes áreas:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTECC  
GERAL  
FL. 043  
CASA CIV



fls.02

Projeto de Lei nº 748/11

I – área educacional: projetos voltados como disciplina ou atividade extracurricular desportiva no âmbito da educação básica, fundamental, médio e superior, promovendo atividades no contraturno escolar, objetivando o desenvolvimento integral do indivíduo;

II – área de formação desportiva: projetos voltados para a iniciação e desenvolvimento motor geral de crianças e adolescentes por meio da prática de atividades desportivas e físicas orientadas;

III – área de rendimento: projetos que finalizem a formação e iniciem o rendimento desportivo, de forma técnica e metodológica, na área do treinamento desportivo, atendendo equipe e atletas com idade igual ou superior a quatorze anos, vinculadas a entidades de práticas desportivas e objetivando a formação e especialização, inclusive de alto rendimento;

IV – área sociodesportiva: projetos que utilizem o desporto como ferramenta de inserção social, propiciando às pessoas de baixa renda oportunidades para práticas desportivas;

V – área participativa:

a) projetos voltados para a ampla participação de pessoas em eventos desportivos que evitem a seletividade e a hipercompetitividade de seus participantes, atendendo crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiências, além de modalidades e respectivos públicos que sintetizem atividades físicas representativas de valores da nossa identidade cultural;

b) projetos voltados à distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica, para integrantes da rede pública de ensino ou a integrantes de comunidade de vulnerabilidade social, devidamente comprovadas na futura prestação de contas;

VI – área de gestão e desenvolvimento desportivo: projetos voltados à capacitação, ao treinamento, aos intercâmbios nacionais e internacionais e às bolsas de treinamento, objetivando atender técnicos, atletas e gestores desportivos buscando desenvolver e aperfeiçoar a gestão sobre a administração, técnicas e equipamentos desportivos;

VII – área de infraestrutura: projetos voltados à construção, a reformas e à adequação de espaços, equipamentos e instalações desportivas, desde que situados em propriedades públicas.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCOLO  
GERAL  
FL. 05  
CASA CIVIL



Projeto de Lei nº 748/11

fls.03

**Art. 4º** Para fins desta Lei, conceitualmente considera-se:

I – projeto desportivo: conjunto de ações ordenadas e sistematizadas, desenvolvidas por entidades de natureza desportiva;

II – proponente: pessoa jurídica de direito público ou privado com fins não econômicos de natureza desportiva que captará os recursos e fará a gestão do projeto, sendo indelegável sua responsabilidade pela apresentação, execução e prestação de contas;

III – gestor técnico-desportivo: profissional de educação física, inscrito no Conselho Regional de Educação Física, que responderá tecnicamente pela execução do projeto e que será indicado pelo proponente, exceto para projetos inseridos no inciso VII do art. 3º da área de infraestrutura;

IV – patrocinador: pessoa jurídica que aporte recursos oriundos do ICMS para realização de projetos desportivos aprovados pela Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte.

## **Sessão II**

### **Da Composição da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte**

**Art. 5º** São membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte (CEIE):

I – um representante da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

II – um representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, indicado pelo respectivo Secretário;

III – um representante do Instituto Paranaense de Ciência do Esporte, indicado pelo respectivo Diretor-Presidente;

IV – um representante dos paratletas indicado pela Associação dos Deficientes Físicos do Paraná – ADEFP;

V – um representante dos Clubes Sociais, indicado pelo Sindicato dos Clubes Esportivos de Cultura Física e Hípica do Estado do Paraná – SINDICLUBES;

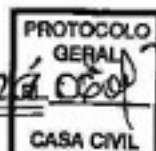


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



fls.04



Projeto de Lei nº 748/11

VI – um representante do Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Paraná – SECRASO-PR;

VII – um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP-PR, indicado por seu Presidente;

VIII – um representante do Sindicato dos Atletas Profissionais do Paraná – SINDIATLETA;

IX – O Presidente da Comissão de Esportes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º Cada entidade relacionada neste artigo, indicará para cada titular, dois suplentes para sua vaga, que atuarão no caso de impedimentos legais e eventuais dos mesmos.

§ 2º Os membros da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte exercerão mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

## Sessão III

### Da Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte

**Art. 6º** A Comissão Estadual de Incentivo ao Esporte terá as seguintes atribuições:

I – análise do projeto apresentado;

II – aprovação do projeto;

III – fiscalização;

IV – exame e aprovação da prestação de contas.

**Parágrafo único.** É vedada a apresentação de projetos que prevejam a cobrança de qualquer valor pecuniário aos beneficiários.

**Art. 7º** É vedada a utilização dos recursos captados em:

I – palestras e cursos de temas não relacionados diretamente com atividades desportivas;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCOL  
GERAL  
CASA CIVIL



Projeto de Lei nº 748/11

fls.05

II – eventos desportivos cujo título contenha somente o nome do patrocinador;

III – patrocínios em favor de projetos que beneficiem diretamente pessoa física ou jurídica vinculada ao patrocinador, como o cônjuge, os parentes até terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador;

IV – pagamento de salário a atletas ou remuneração a entidades de administração ou de prática desportiva de qualquer modalidade;

V – despesas de manutenção de equipes profissionais de alto rendimento ou competições profissionais;

VI – aquisições de espaços publicitários em qualquer meio de comunicação.

**Parágrafo único.** Eventuais receitas e apoios econômicos mensuráveis, que sejam auferidos em razão do projeto a ser incentivado, deverão estar contemplados no orçamento do projeto apresentado.

**Art. 8º** No âmbito da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná fica instituído o Cadastro Geral de Proponentes – CGP, cujos procedimentos de inclusão serão disciplinados por Resolução do Titular da Pasta.

**Art. 9º** A análise e a aprovação dos projetos desportivos e paradesportivos apresentados deverão utilizar os seguintes critérios:

I – interesse público;

II – atendimento à legislação vigente;

III – qualidade do projeto apresentado e capacidade do proponente para realização do projeto;

IV – compatibilidade e realidade dos custos representados;

V – atendimento às pessoas com deficiência.

§ 1º Quando necessário, a CEIE poderá solicitar ao proponente dados complementares ao projeto.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCOL  
GERAL  
FL. 08  
CASA CIVIL

Projeto de Lei nº 748/11

fls.06



§ 2º Serão priorizados projetos que:

I – apresentem contrapartida do proponente;

II – apresentem documentação comprobatória assegurando a captação do contribuinte patrocinador ao projeto apresentado;

III – obedeçam às prioridades anuais para aplicação dos recursos de que trata a presente Lei, definidas pelo Poder Executivo;

IV – sejam destinados a comunidades em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º Somente poderão ser aprovados projetos em que fique demonstrada:

I – comprovada capacidade técnico-operativa do proponente;

II – o funcionamento do proponente há no mínimo doze meses, na data de cadastramento do projeto.

**Art. 10.** As reuniões da CEIE serão registradas em atas devendo ser publicado seu conteúdo, com os projetos aprovados, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias úteis.

**Parágrafo único.** Caberão recursos das decisões da CEIE, a serem encaminhados ao Secretário da Pasta.

**Art. 11.** A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná emitirá, com base nas decisões da CEIE, o Certificado de Incentivo ao Desporto, contendo a identificação do proponente, a denominação do projeto e a sua respectiva área de ação desportiva, a data de aprovação e o valor autorizado para captação de recursos.

## **Seção IV Incentivo Fiscal**

**Art. 12.** Os recursos financeiros correspondentes ao valor do ICMS destinado pelos contribuintes a projetos desportivos, deverão ser depositados e movimentados em contas correntes bancárias vinculadas a cada um dos projetos aprovados.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCOL  
GERAL  
Fl. 09  
CASA CIVIL



Projeto de Lei nº 748/11

fls. 07

§ 1º Para cada projeto deverão ser abertas duas contas correntes bancárias, uma destinada à captação dos recursos e outra à sua movimentação.

§ 2º Somente poderá transferir recursos da conta de captação para a conta de movimentação o proponente que houver captado ao menos 35% (trinta e cinco por cento) do valor solicitado no projeto.

**Art. 13.** Para abertura de contas correntes bancárias de que trata o art. 12, bem como para receber o depósito inicial, o titular deverá receber autorização escrita da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná.

**Art. 14.** O projeto destinado à obtenção de incentivo fiscal possuirá validade para captação de recursos até cento e oitenta dias após o recebimento do Certificado de Incentivo ao Desporto.

**Art. 15.** O saldo eventualmente existente em conta corrente bancária, resultante da finalização ou cancelamento do projeto, deverá ser recolhido ou transferido por mecanismo bancário próprio, em benefício do orçamento da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, no prazo máximo de trinta dias contados do respectivo projeto.

**Parágrafo único.** Caso o proponente deseje transferir o saldo de recursos para conta corrente bancária vinculada a outro projeto já aprovado, deverá solicitar por escrito à Secretaria do Esporte do Estado do Paraná, devendo tal pedido ter a prévia aprovação da empresa patrocinadora e da CEIE.

**Art. 16.** Os recursos captados serão considerados patrocínios, sendo vedada à empresa patrocinadora, bem como a seus proprietários, sócios ou diretores, cônjuges e parentes em primeiro grau, participação nos direitos patrimoniais ou na receita resultante da veiculação, comercialização ou disponibilização pública do projeto desportivo ou do produto dele resultante, inclusive nos doze meses que antecederem a data de cadastramento do projeto apresentado.

**Art. 17.** Os projetos apresentados não poderão receber recursos de renúncia fiscal de outras fontes, sob pena de devolução dos recursos.

**Art. 18.** Cada proponente deverá apresentar até três projetos para análise.

§ 1º O percentual máximo do valor captado para despesas administrativas será de 15% (quinze por cento), calculado sobre o valor básico do projeto e por acréscimo.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCO  
GERAL  
FL. 10.00  
CASA CIVIL



Projeto de Lei nº 748/11

fls.08

§ 2º Poderão ser incluídas nas despesas administrativas àquelas decorrentes do pagamento de encargos sociais e trabalhistas, de recolhimento obrigatório pelo empregador, em conformidade com a planilha de custos apresentada no cadastramento do projeto.

## **Seção V Da Prestação de Contas**

**Art. 19.** A prestação de contas dos recursos captados deverá ser entregue pelo proponente à CEIE no prazo de trinta dias após o encerramento da execução do projeto ou do indeferimento da renovação do prazo de captação parcial.

**Parágrafo único.** Em resolução própria, o titular da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná estabelecerá as normas para a prestação de contas.

**Art. 20.** Após sessenta dias da entrega da prestação de contas, poderá o proponente apresentar novo projeto, desde que não haja pendência na referida prestação de contas, exceto nos casos de projetos continuados.

§ 1º Em relação aos projetos continuados com duração igual ou superior a trezentos e sessenta dias, o proponente deverá prestar contas semestralmente.

§ 2º A não aprovação da prestação de contas impedirá a aprovação de outro projeto do mesmo proponente.

## **Seção VI Disposições Gerais**

**Art. 21.** Todas as contratações e aquisições obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, priorizando-se sempre que couber, a modalidade de pregão eletrônico.

**Art. 22.** Projetos com mesmo objeto, local e destinação não poderão ser apresentados fragmentados ou parcelados por proponentes diferentes.

**Art. 23.** Proponentes inadimplentes e seus responsáveis, assim declarados por aplicação inadequada dos recursos recebidos, não poderão celebrar qualquer outro ajuste ou receber recursos do Governo do Estado por um período de oito anos.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROTOCOLO  
GERAL  
114  
CASA CIVIL



Projeto de Lei nº 748/11

fls. 001

**Art. 24.** A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná poderá solicitar a contratação, pelo proponente e às expensas deste, de auditoria independente para análise da execução do projeto ou após sua finalização.

**Parágrafo único.** O proponente poderá reservar 1% (um por cento) das despesas administrativas para esta finalidade.

**Art. 25.** A aprovação de projetos pela CEIE deverá observar o princípio da não concentração por área e por proponente, do montante de recursos e da quantidade de projetos.

**Art. 26.** Deverá constar de todo material de divulgação ou indicação dos projetos beneficiados, o logo do Governo do Estado do Paraná, conforme orientação da Secretaria do Esporte do Estado do Paraná.

**Art. 27.** Fica vedada a concessão do incentivo:

I – a projeto desenvolvido em caráter privado e/ou em que haja comprovada capacidade de atrair investimentos;

II – a proponente inadimplente com a Fazenda Pública Estadual.

**Art. 28.** A Secretaria do Esporte do Estado do Paraná realizará o acompanhamento e a avaliação dos projetos aprovados, bem como disponibilizará na internet a relação de projetos aprovados, contendo:

I – razão social e CNPJ do proponente;

II – nome do projeto;

III – valor autorizado para captação e valor efetivamente captado;

IV – abrangência geográfica e quantitativos de atendimento do projeto.

**Art. 29.** Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de noventa dias a contar de sua vigência.

**Art. 30.** Fica revogada a Lei nº 15.264, de 12 de setembro de 2006.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



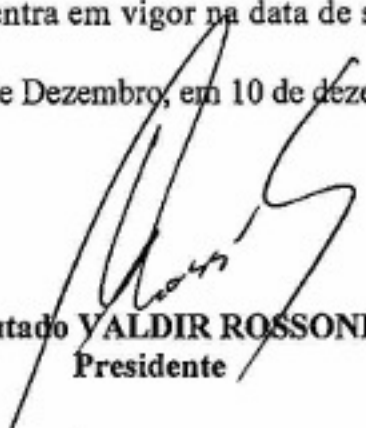
Projeto de Lei nº 748/11

fls.01




Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR  
3º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 06/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 06/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 748/2011, de autoria dos Deputados Reni Pereira, Ney Leprevost, Andre Bueno e Cesar Silvestri Filho, que dispõe sobre a política de incentivo ao esporte no Estado do Paraná.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO.  
TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE.  
ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO.  
PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 748/11, de autoria dos Deputados Reni Pereira, Ney Leprevost, Andre Bueno e Cesar Silvestri Filho, que dispõe sobre a política de incentivo ao esporte no Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 748/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 06/2013, foi exarada em data de 11 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.






*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

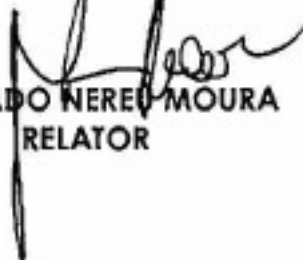







**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
  
  
  
  
**APROVADO**

*unanimemente 26.02.13*  
*D. J. Silva*

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 05 FEV. 2013

**1º Secretário**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 058 /2013.

Curitiba, 11. de janeiro de 2013.

**VETO PARCIAL Nº 08/2013**

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em 30/03/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 396//2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 464/2012, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 464/2012, de autoria deste Poder Executivo, altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições da alínea "b" da pretendida alteração ao já mencionado artigo 6º.

A referida alínea decorre de Emenda ao Projeto de Lei encaminhado a essa Casa de Leis através da Mensagem Governamental nº 056/2012. A proposta original tinha a seguinte redação:

*Art. 1º Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 6º. As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, comprovando por documentos suas atividades há pelo menos 1 (um) ano, indicando seu representante e respectivo suplente."*

*Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.383.343-2




**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

O não acolhimento à citada alínea b" decorre do fato de que, caso sancionada, manteria de certa forma a limitação que se pretendia retirar do processo para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



Lei nº. 17506



Data 11 de janeiro de 2013  
Súmula Altera o art. 6º da Lei nº 9.579/91.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sancionò a seguinte lei:

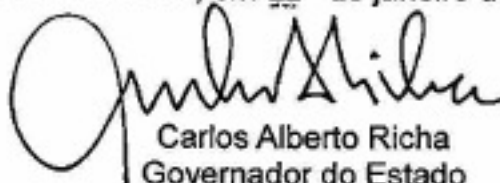
**Art. 1º** Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, indicando então seu representante e respectivo suplente, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

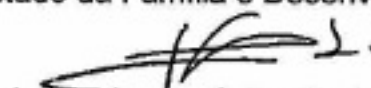
- a) comprovarem por documentos suas atividades há pelo menos um ano;
- b) ...Vetada..."

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de janeiro de 2013.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa  
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

  
Luiz Eduardo Sebastiani  
Chefe da Casa Civil



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## Projeto de Lei nº 464/12 (Autoria do Poder Executivo)

Altera o art. 6º da Lei nº 9.579/91.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

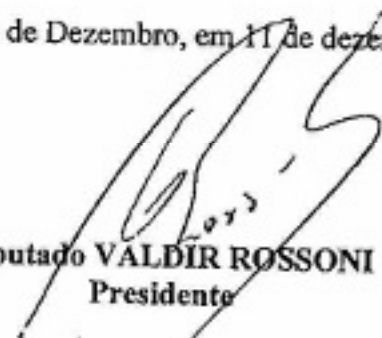
**Art. 1º** Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, indicando então seu representante e respectivo suplente, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) comprovarem por documentos suas atividades há pelo menos um ano;
- b) serem declaradas de Utilidade Pública Municipal.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR  
3º Secretário



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 464/12

fls.2.

## JUSTIFICATIVA

Como justificativa da presente proposta de alteração legislativa, cabe mencionar que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em assembleia realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, aprovou a dispensa de registro de utilidade pública estadual com a finalidade de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil, conforme ata publicada no Diário Oficial nº 8676, de 21 de março de 2012.

RCPSMM/GCS/MUP





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 08/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 08/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 464/2012, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 6º da lei nº 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do conselho Estadual de defesa da criança e do adolescente.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 464/12, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 6º da lei nº 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do conselho Estadual de defesa da criança e do adolescente, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 464/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 18 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 08/2013, foi exarada em data de 11 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



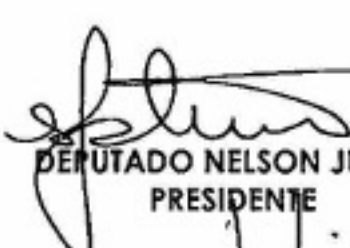
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

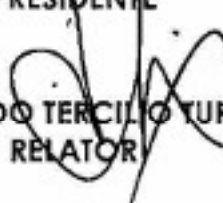


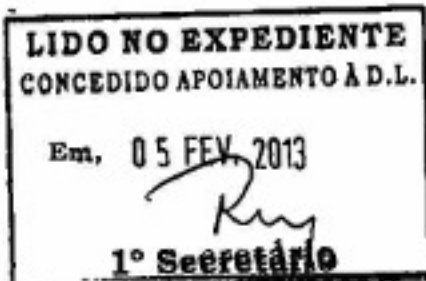
**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TERCILIO TURINI**  
**RELATOR**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 060 /2013.

Curitiba, 11 de janeiro de 2013.

VETO PARCIAL Nº 09/2013

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 30/01/2013

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 414/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 154/2012, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 154/2012, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas que especifica, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do Parágrafo único do artigo 2º, objeto de Emenda aprovada por essa Casa de Leis.

O mencionado Parágrafo único tem a seguinte redação:

*"Ficam obrigados os empreendedores a iniciarem as obras até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Após esta data, caso não as iniciem, ficam canceladas automaticamente as respectivas licenças."*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

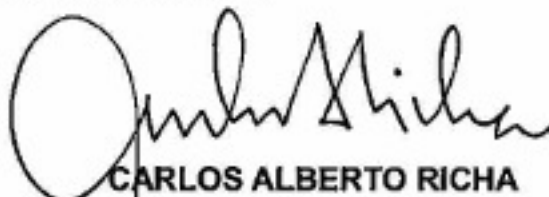
RMLM/Prot.nº 7.948.570-5



O não acolhimento ao referido dispositivo decorre do fato de que, caso sancionado, o cancelamento automático das respectivas licenças traria consideráveis prejuízos ao interesse público, visto que obrigaria os empreendimentos objetos da Lei em tela, mediante dificuldades alheias as questões ambientais, serem novamente submetidos ao licenciamento em todas as suas fases, o que oneraria o órgão ambiental estadual e eventualmente a viabilidade econômica das obras autorizadas. Note-se que a legislação federal e estadual prevê o prazo de validade para as licenças de instalação de 48 meses, prorrogáveis conforme decisão do órgão licenciador, mediante justificativa adequada.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado



Lei nº. 17508

Data 11 de janeiro de 2013

Súmula Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

**Art. 2º** As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

**Parágrafo único.** ...Vetado...

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de janeiro de 2013

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Jonel Nazareno Iurk  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Loriane Leisli Azeredo  
Chefe da Casa Civil, em exercício



ANEXO ÚNICO - LEI Nº 17.508/2013

PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

EMPREENHAMENTO	RIO	BACIA	POTÊNCIA	MUNICÍPIOS	EMPREENDEDORES	PROTOCOLO	LICENÇA
PCH das Almas	Turvo	Ribeira	6,4	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.089-1	29.065
PCH Ribeirão Bonito	Turvo	Ribeira	6,1	Doutor Ulysses e Cerro Azul	RDR Energia Ltda	7.245.360-3	29.063
PCH Cachoeira Brava	Turvo	Ribeira	4	Cerro Azul e Dr. Ulysses	RDR Energia Ltda	5.230.444-0	29.064
PCH Cantu 1	Cantu	Piquiri	15	Nova Cantu, Laranjal e Altamira do Paraná	BRENNAND energia	7.779.495-6	29.066
PCH Cantu 3	Cantu	Piquiri	7	Mato Rico e Palmital	BRENNAND energia	7.779.496-4	29.068



ANEXO ÚNICO - LEI Nº 17.508/2013

PCH Carlu 2	Carlu	Piquiri	18	Nova Carlu, Laranjal, Palmitol e Rondador	Plens Energia	5.229.116-0	29.067
CGH Enxodista	Das Pedras	Paraná	1	Gusapueva	ENERGÉTICA RIO DAS PEDRAS LTDA	7.867.123-8	29.062
CGH São Francisco da Sales	São Francisco	Paraná	1	Clevalândia	Usina Hidrelétrica São Francisco de Sales Ltda	7.906.141-7	29.061
PCH Confluência	Marrecas	Ivaí	19,5	Prudentópolis e Turvo	Confluência Energia	7.373.447-9	29.240
PCH'S PARA EMISSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO							
PCH Rio Bandeirantes do Norte	Bandeirantes do Norte	Pirapó	4,2	Santa Fé	Santa Fé Energética Ltda	7.702.519-7	13.479



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## Projeto de Lei nº 154/12

(Autoria do Poder Executivo)

Autoriza a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

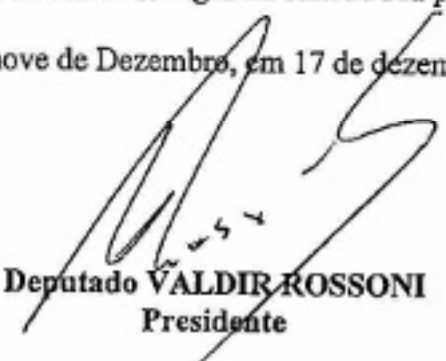
**Art. 1º** Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei, nos Municípios correspondentes, no Estado do Paraná.

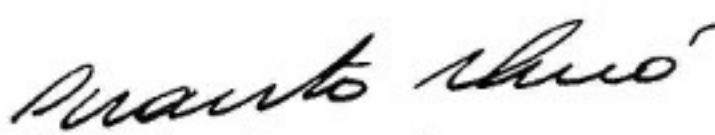
**Art. 2º** As construções das Pequenas Centrais Hidrelétricas relacionadas no Anexo Único desta Lei estão sujeitas ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.


**Parágrafo único.** Ficam obrigados os empreendedores a iniciarem as obras as obras até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Após esta data, caso não as iniciem, ficam canceladas automaticamente as respectivas licenças.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17 de dezembro de 2012.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTÓ MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR  
3º Secretário



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de autorizar a construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado do Paraná.

Inicialmente, busca-se dar cumprimento ao art. 209 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária”.

Ainda, informa-se que as Pequenas Centrais Hidrelétricas estão devidamente licenciadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 09/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 09/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 154/2012, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a construção das pequenas centrais hidrelétricas.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVIDADE NOS TERMOS ART. 71, § 1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 154/12, de autoria do Poder Executivo, autoriza a construção de pequenas centrais hidrelétricas, tem no seu parágrafo único a obrigação dos empreendedores iniciarem a obra até vinte e quatro meses do recebimento da Licença de Instalação dos empreendimentos, devidamente licenciados pelo IAP. Sendo que ficariam canceladas automaticamente as respectivas licenças. Tendo o Senhor Governador do Estado vetado o dispositivo acima citado, por considerar inconstitucional e contraria ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto do artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, e tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei contrária ao interesse público deve vetá-lo, em até quinze dias úteis contados da data de seu recebimento.

**Art. 71.** Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

**§ 1º.** Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifou-se)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº. 154/12 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 09/2013, foi exarada em data de 11 de janeiro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Desta forma, concorda com o veto fundamentado por ser contrário ao interesse público, já que com o cancelamento automático das respectivas licenças traria consideráveis prejuízos ao interesse público.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal, e em conformidade com a constituição estadual.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*


*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

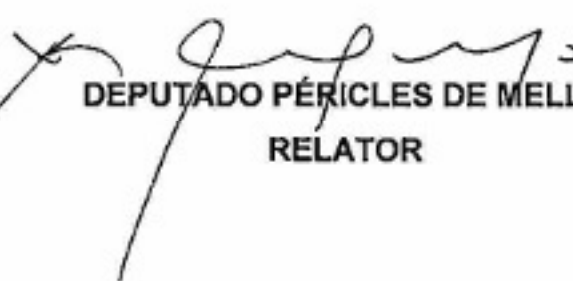


**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se FAVORÁVEL ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**  
**RELATOR**